

FOUCAULT: Uma introdução às artes da existência

Ramon Taniguchi Piretti Brandão

Mestrando e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.
ramonbrandao41@hotmail.com

RESUMO

Em seus últimos estudos, Foucault se debruçou sobre a questão do cuidado de si, retornando à Antiguidade Clássica para [re]pensar a ética moderna nos termos de uma *ontologia crítica do momento presente*. O autor nos revela que o processo de subjetivação do indivíduo, na tomada de uma posição ética, caminha na direção de uma estética da vida. Assim, a ética em Foucault apresenta-se como estética da existência, como liberdade possível no fazer-se existir. Dizer-a-verdade a si próprio, desprender-se de si mesmo, estilizar a vida, num processo de constituição moral, caracterizam, fortemente, a estética da existência foucaultiana.

Palavras-chave: Estética; Ética; Artes da Existência; Cuidado de si; Ontologia.

FOUCAULT: Introduction to the art of the existence

ABSTRACT

In his later studies, Foucault addressed the issue of self-care, returning to Classical Antiquity to re-think the modern ethics in terms of a *critical ontology of the present moment*. The author tells us that the individual's subjective process, in making an ethical position, walks toward an aesthetics of life. Thus, ethical Foucault presents as aesthetics of existence as possible freedom in making up exists. Tell the truth to yourself, loosen up yourself, stylize life, a moral constitution process, characterize strongly the Foucault's aesthetics of existence.

Keywords: Esthetics; Ethics; Art of the Existence; Self Care; Ontology.

FOUCAULT: Una introducción a las artes de la existencia

RESUMEN

En sus últimos estudios, Foucault abordó la cuestión de auto-cuidado, volviendo a la Antigüedad Clásica a replantear la ética moderna en términos de una ontología crítica de la actualidad. El autor nos dice que proceso subjetivo del individuo, en la toma de una posición ética, se mueve hasta una estética de la vida. Así, la ética de Foucault se presenta como una estética de la existencia, como libertad posible en la existencia. Decir la verdad a sí mismo, liberarse de sí mismo, estilizar la vida, en un proceso de constitución moral, caracteriza fuertemente la estética de la existencia de Foucault.

Palabras clave: Estética; Ética; Arte de la Existencia; Cuidar de sí Mismo; Ontologia.

INTRODUÇÃO

Começemos pela pergunta já feita tantas vezes: o que buscava Foucault com o retorno à moral greco-romana? Que efeito procurava produzir ao nos transportar do presente para um passado cujos contornos e dinâmicas, tão diferentes, se transformaram ou se perderam ao longo da história? Para não deixarmos de pensar as coisas tal como o próprio Foucault as pensou, já deveríamos aqui falar não de retorno à moral, no singular, mas de um retorno à Antiguidade para o estudo de morais. Todo o seu pensamento foi orientado pela concepção radicalmente negadora da tentação no Uno. Como insistiu tantas vezes, podemos dizer que Foucault foi atraído pelo fato de que, entre gregos e romanos, não houve a tentativa de imposição de uma moral única a todos; antes, houve uma produção de “morais”, todas elas orientadas para éticas e estilizações da vida. Os últimos volumes da *História da Sexualidade* e suas aulas no Collège de France, entre 1980 e 1982, reunidas em *A Hermenêutica do Sujeito* (2010), são exemplos de sua ocupação com o assunto.

Sabemos que o estudo dessas morais levou Foucault a se ocupar com os temas da ética, da estética da existência, da verdade, do sujeito da ação, entre outros. Assim, surge no Foucault ocupado com as antigas éticas greco-romanas um pensador da liberdade:

As portas do asilo, os muros da prisão desaparecem, dando lugar a falas livres em que gregos e romanos discutiam as melhores maneiras de conduzir suas vidas (...). A paisagem do confinamento cede lugar à liberdade luminosa do sujeito (EWALD, 1984, p. 71-73).

No entanto, devemos ter clareza de que não se trata de outro Foucault. Obsessão de certos catálogos e catalogadores: como houve um Marx em dois tempos (o jovem e o maduro), um Freud antes e depois de 1920, haveria um Foucault antes e depois do *tournant*; do retorno aos clássicos – textos nos quais o que está em evidência é a liberdade do sujeito mais do que seu aprisionamento. Talvez os termos de Frédéric Gros, encontrados no resumo-comentário que escreve sobre o curso de 1982, sejam mais exatos. Segundo ele, para compreender a abordagem dos temas do sujeito, da ética e da estética da existência elencados pelo francês, poder-se-ia pensar não em um Foucault em dois tempos, mas em uma “maturação lenta, um percurso sem ruptura nem alarde, que devia conduzir Foucault [inevitavelmente] às margens do cuidado de si” (GROS In: FOUCAULT, 2004, p. 616).

Foucault, portanto, não abandonou seu programa de pesquisa original e nem rompeu com seu modo de pensar anterior, antes, dá continuidade a eles. É certo que outros problemas de pesquisa nasceram e que outras interrogações motivaram seu trabalho

desde o final da década de setenta, mas estivera ali sempre o mesmo Foucault, para o qual o tema da liberdade nunca esteve ausente, mesmo quando visível apenas tacitamente.

Quando Foucault tratava do poder e dos modos de subjetivação como técnicas de sujeição, a liberdade já estava ali no seu pensamento, no seu desejo, ela dava sinais de sua presença, espreitava sua hora luminosa: nas resistências, nas lutas pontuais, nas lutas específicas, nas *experiências*, nos modos-de-vida-outros, coisas pouco teorizadas, mas nunca ausentes de suas aulas, de suas falas, de seus textos, comparados por ele próprio a “batalhas” e “armas”. A “ética do cuidado de si” (*epiméleia heautoû*) como prática de liberdade é quase uma consequência da qual seu pensamento não poderia escapar.

Poderíamos dizer que, em Foucault, era a própria liberdade que olhava e problematizava o poder. E porque o olhava tão bem, em suas minúcias, em suas técnicas, em suas modalidades, é que foi capaz de indicar as formas-ensaios pelas quais a liberdade pode ser experimentada: ali, na duplicação da problemática política no campo do cuidado ético de si, no campo do sujeito, no campo da hermenêutica de si.

Estudar o poder, a sujeição e as técnicas de subjetivação, permitia a Foucault evitar os enganos de pensar a liberdade como aquela constituída nos mecanismos jurídicos, a partir dos embates com a lei – exatamente como, quase sempre, temos buscado na contemporaneidade. A mesma liberdade que, concedida através do aparato jurídico-político do poder, é por ele usurpada e serve para legitimá-lo em suas próprias concessões. Dessa liberdade, nos sugere explicitamente Foucault, deve-se desconfiar. Foucault não deixou dúvidas a esse propósito: diferentes campos do pensamento, das práticas políticas e dos saberes se apropriam da liberdade atribuindo-lhe concepções que identificam e legitimam a si mesmas. Em outras palavras, elas se apropriam dessa liberdade, imprimem um tipo de realidade que são as suas e nos impõe novas sujeições.

AS ARTES DA EXISTÊNCIA

A liberdade apresentada por Foucault, olhando o poder por entre suas técnicas, pelas frestas dos seus próprios mecanismos e dispositivos, define as condições nas quais o indivíduo emerge: ela (re)constrói o sujeito pelas artes do cuidado de si. Tal qual uma arte da luta, da resistência, ela se anuncia como rival à sujeição.

De sua parte, o poder é contínuo e renasce sempre. A fórmula é conhecida: “*onde há poder, ele se exerce*” (FOUCAULT, 2012, p.138). E poderíamos acrescentar: onde há liberdade, o poder se investe. Sendo assim, não estaria no desejo de liberdade a verdade

filosófica de Foucault? No seu pensamento, nas referências, insinuações e interrogações a liberdade aparece na duplicidade poder-resistência. Ademais, suas reflexões nos deixam algumas perguntas: como, nos espaços construídos pelo poder, investidos de técnicas de sujeição, é possível ser livre?

Para o autor ao menos uma coisa é certa: o que se deve entender por liberdade não deve ser confundido com *liberação* (FOUCAULT, 2004, p.264-287). A liberdade é da ordem dos *ensaios*, das *experiências*, dos *inventos*, conduzidos pelos próprios sujeitos que, tomando a si mesmos como objeto, inventarão seus próprios destinos. Assim, experiências práticas de liberdade nunca deverão ser entendidas como algo definitivo; a liberdade é uma prática, não uma condição.

Foucault nos deixou problematizações sobre a liberdade mesmo quando se debruçou sobre os dispositivos de controle, de domesticação e de cerceamento. Problematizações que continuam como marcos para se pensar nossa atualidade política, moral e filosófica. Como assinala Frédéric Gros, se Foucault escreveu a *História da Loucura*, não foi para fazer uma história da psiquiatria, se escreveu *As Palavras e as Coisas*, não foi para fazer uma história das ciências humanas, se estudou os gregos e romanos, não foi para fazer uma história da filosofia; suas reflexões são, pelo contrário, uma tomada de posição tanto filosófica quanto ética e política: Foucault inventa uma filosofia que nos liberta de nossa existência, ou melhor, nos liberta daquilo que aprisiona nossa subjetividade, que, social e historicamente construída, é reproduzida como uma substância natural e universal. Em suas palavras:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos desse “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas de poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos (FOUCAULT, 1995, p. 239).

Foucault não deixou uma teoria da liberdade; antes, nos deixou algumas indicações: “A liberdade não começa ali onde cessa a intervenção centralizada do Estado (...). De fato, não creio que o poder seja somente o Estado, ou que o não-Estado já seja a liberdade” (FOUCAULT, 2002, p. 323). Entretanto, há em suas reflexões uma orientação para os caminhos da análise: por definição, somente ocorrem práticas de liberdade onde relações de poder substituem realidades totalitárias de dominação. Na condição de dominação total dos sujeitos, a prática

de liberdade não se torna possível. A liberdade só pode existir em oposição a um poder em exercício, pois o poder não impede a liberdade, apenas limita-a. A liberdade é da ordem das resistências às sujeições e o poder, longe de impedir a liberdade, excita-a. Como sabemos, Foucault subtrai o aspecto “negativo” do poder, caracterizando-o como uma força produtiva; o poder fabrica, produz. Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil; se ele é forte, é porque produz efeitos positivos de desejo e de saber (FOUCAULT, 1979).

Ora, Foucault sugere que, em se tratando do poder, não há uma equipe que preside sua racionalidade; nem a casta que governa, nem os grupos que controlam os aparelhos do Estado e nem mesmo aqueles que tomam as decisões econômicas mais importantes. Não há uma titularidade do poder.

Afinal de contas, foi preciso esperar o século XIX para saber o que era a exploração; mas talvez ainda não se saiba o que é o poder. E Marx e Freud talvez não sejam suficientes para nos ajudar a conhecer essa coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder. A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado sem dúvida não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder. Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder? Onde o exerce? Atualmente se sabe, mais ou menos, quem explora, para onde vai o lucro, por que mãos ele passa e onde ele se reinveste, mas o poder... Sabe-se muito bem que não são os governantes que o detêm. [...] Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (FOUCAULT, 2002, p.137-138).

É, portanto, no quadro dessas táticas, nos espaços que elas criam, que se produzem os enfrentamentos, ou melhor, os exercícios agonísticos de liberdade. As relações de poder não podem existir senão em função de uma multiplicidade de resistências que representam, no interior das relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em todas as redes de poder. O poder se mascara sob o aparato jurídico e somente assim consegue ser tolerável, pois, a forma geral de sua aceitabilidade é ser um limite à liberdade, mas sem suprimi-la (FOUCAULT, 1979).

Uma das possibilidades, umas das alternativas para a construção autônoma do sujeito, ou seja, a possibilidade de um sujeito que se inventa livremente, se manifesta na arte do cuidado de si. O cuidado de si não é cuidado de interesses (riqueza, privilégios e poder), mas, antes, é um exercício filosófico.

Práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se. Modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 2004, p. 198-199).

A liberdade do cuidado de si somente pode ser experimentada como tal se for uma experiência ética do sujeito em sua própria verdade, uma experiência sempre singular e intransferível. A liberdade em pensamento, a liberdade em movimentos independentes da alma e sem arrebatamento final. Nos exercícios agonísticos das artes de si, o sujeito e a verdade não estão vinculados ao exterior ou a algum um poder que vem de cima, mas unicamente por uma escolha irredutível de existência.

Sendo assim, o sujeito não é uma substância. É, antes, uma forma. Sendo forma, é passível de transformação. O cuidado de si é uma atividade que implica não somente conhecimento, mas, também certa técnica, colocando em jogo as formas de exterioridade, o corpo, a superfície do eu. Em outras palavras, as experiências¹. O si mesmo anseia por afigurar-se enquanto *obra de arte*, o que nos direciona para um conceito do *eu* que “não se dirigindo a uma interioridade, mas a um exterior, [...] se organiza em torno da capacidade de dar forma a essa superfície que é o *si mesmo*” (VILELA, 2010, p. 245).

A relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo implica uma estética (as formas de atenção) e uma ética (a condução da própria vida). O estilo da existência supõe o movimento contínuo de transformação da forma de auto-reflexão que é o cuidado de si. Isto é, o si mesmo realiza um exercício estético que dá forma à própria vida, independentemente de quaisquer determinações metafísicas ou normativas (VILELA, 2010, p. 245).

Este trabalho realizado sobre si mesmo, portanto, é empreendido “a partir da *experiência do fora*, do *outro*, implicando um regresso a si mesmo para se transformar” (VILELA, 2010, p. 243). Assim, percebemos que a *experiência* abre um campo de possibilidades no que diz respeito à transformação da relação que estabelecemos com o saber, com os outros e com nós mesmos. Ela caracteriza-se, sobretudo, pelo seu poder de transformação, impedindo a circunscrição de uma identidade social e individual que são fechadas e possibilitando, por isso mesmo, a abertura para *ser* de outro modo.

¹ “A forma do sujeito a que Foucault se refere não é a forma do sujeito do cogito cartesiano, nem do sujeito transcendental kantiano, mas a forma do sujeito da experiência. O seu propósito não é especular sobre a categoria de sujeito, mas desenvolver uma análise que permita perspectivar uma *práxis* através da qual seja possível ao sujeito transformar-se a si próprio. O sujeito que Foucault toma como objeto de análise não é um sujeito abstracto ou *a priori*, mas sim um sujeito de experiências que se forma, precisamente, nas práticas do eu e na abertura à experiência” (VILELA, 2010c, p.243). Lembremo-nos da definição do próprio Foucault: experiência é “a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Em outras palavras, o *eu*, esse sujeito da experiência, se organiza menos a partir de um princípio de identidade onde se pressupõe uma unidade, uma unicidade, mas a partir de um princípio de transformação; ou seja, um modo de ação no qual o sujeito se concebe no devir, sendo, em si mesmo, o nó de múltiplas relações. Deste modo, neste movimento contínuo e indefinido que é a vida, o *si-mesmo* é uma experiência em que a identidade se dissemina e onde, paralelamente, a transformação adquire um espaço profundo na existência.

O si-mesmo delinea a sua origem, indefinidamente, numa ação através da qual procura, não a sua *identidade*, mas o seu *sentido*: um sentido que não se define sob uma qualquer significação antecipativa e rígida, mas que é abertura à possibilidade de transformação indefinida de si-mesmo (VILELA, 2010, p. 244).

Sendo múltiplo, o *si-mesmo* é a experiência que se aloca em um labirinto; espaço de transformações possíveis e lugar onde, sendo aberto, torna possível a ascensão tanto ao outro quanto ao exterior. Ali, os indivíduos têm a possibilidade de “emergir outros”. Sendo assim, pode-se dizer que o *eu múltiplo* é um acontecimento que se constitui, incessantemente, através da experiência.

Tratamos aqui, finalmente, do problema da *política de nós mesmos*. Ora, se a relação com a verdade nos define como sujeitos do conhecimento e a relação com o poder nos define como àqueles que agem sobre os outros, a relação desenvolvida com a ética coloca o sujeito em relação a ele mesmo, ou seja, o sujeito estabelece uma relação consigo mesmo que se configura nos termos de uma moral e que, consequentemente, objetiva determinar na forma na qual o indivíduo deve constituir-se enquanto sujeito moral de suas próprias ações². Tais abordagens foram tratadas por Foucault no âmbito da genealogia.

Três domínios da genealogia são possíveis. Primeiro, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos como sujeitos de saber; segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros; terceiro, uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como agentes morais (FOUCAULT, 1995, p. 262).

Deste modo, o filósofo francês problematiza a ética como arte de vida desde a Antiguidade, onde diferentes horizontes se abriram, possibilitando a transformação do

² “Existem diferentes maneiras de ‘se conduzir’ moralmente, diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação. [...] Elas concernem ao que se poderia chamar *determinação da substância ética*, isto é, a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral” (FOUCAULT, 2014, p. 33).

sujeito em sua singularidade³. Foucault nos mostrou, ainda, que existiram nas sociedades ocidentais, desde os gregos, tipos particulares de técnicas – as *técnicas de si* – que permitiam aos indivíduos efetuarem, por si mesmos, um determinado tipo de operação sobre seus próprios corpos, sobre seus próprios pensamentos e suas próprias condutas.

Técnicas de si, que permitem aos indivíduos efetuar, sozinhos ou com ajuda de outros, certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seu modo de ser; de se transformarem a fim de alcançar certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade (FOUCAULT, 2001, p. 1605).

Ademais, não existe sequer um sujeito, seja ele empírico, transcendental, individual ou coletivo, que seja anterior à história; não existe uma dramaturgia atemporal do poder, da história ou da liberdade. Nosso mundo, o “mundo vital”, é constituído por categorias que podem ser analisadas enquanto corpos históricos do discurso, “governados por regras anônimas que configuram surdamente a percepção do mundo” (VILELA, 2010, p. 250). Sendo assim, neste contexto, a liberdade, que não se define sob um princípio fundacional deverá ser abordada, antes, a partir de um princípio de pluralidade: a liberdade deve ser entendida, concretamente, em função das lutas onde figura.

Daí que nenhuma sociedade possa erguer-se sobre uma garantia de liberdade, uma vez que a liberdade reside, precisamente, na possibilidade de uma infinita mudança, de uma contínua transformação desde dentro da realidade. Nesse sentido, a liberdade é política. Assim, no âmago de um pensamento genealógico, Foucault realiza uma análise da cena política onde se desenvolve uma abertura crítica a *novos modos de pensamento* sobre nós mesmos, sobre a nossa experiência, que nenhum Estado pode deixar de ter presente, e cuja verdade não pode ser convertida em lei (VILELA, 2010, p. 250).

Trata-se de pensar o que existe de singular, arbitrário e casual naquilo que nos tem sido atestado como universal, obrigatório e necessário. Em suma, precisamos transformar a crítica exercida sob a forma de limitação necessária em uma crítica prática sob a forma de transgressão possível. A estética da existência se pauta na reconstrução ativa e permanente da liberdade tanto contra as formas de normalização das técnicas, quanto das estratégias de governamentalidade⁴, evitando, com isso, sua cristalização em estados de dominação. Foi

³ “A vontade de ser um sujeito moral e a procura de uma ética da existência eram principalmente um esforço para afirmar a própria liberdade e para dar à sua própria uma certa forma na qual era possível se reconhecer, ser reconhecido pelos outros e na qual a própria posteridade podia encontrar um exemplo. Quanto a essa elaboração de sua própria vida como uma obra de arte pessoal, creio que, embora obedecesse a cânones coletivos, ela estava ao centro da experiência moral, da vontade de moral na Antiguidade (FOUCAULT, 2004, p. 289-290)

⁴ “Por essa palavra ‘governamentalidade’, eu quero dizer três coisas. Por governamentalidade, eu entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.

partindo da defesa de que devemos questionar permanentemente o estatuto de *verdade* que trazemos em nós mesmos, que Foucault proporia o delineamento de uma nova ética; ética que se configura na criação de novas formas de pensamento e de ação, e onde a liberdade surge como sua condição ontológica; liberdade, portanto, que se manifesta tanto contra as formas de sujeição, quanto contra as formas de submissão da subjetividade. Assim entendida, essa ética exige o gesto de fratura de uma identidade dobrada sobre si mesma, um gesto que implica *desprender-se de si mesmo*, ou seja, implica o questionamento e a transformação contínuos do papel atribuído ao *eu* no nosso pensamento. Isto posto, o sujeito se esforça para travar uma agonística, onde se busca o espaço do não explorado, o espaço em branco da transformação e a ética, nesses moldes, possui uma tarefa genuinamente política, “pois o ponto fundamental de resistência contra o poder político é aquele que reside na resistência que se delineia na relação do eu consigo mesmo. A ética, constituída a partir do *êthos*, ou seja, a partir da atitude do indivíduo, prende-se na questão da forma que cada um desses indivíduos, em sua singularidade, dá a si mesmo e à sua vida – ética perspectivada, portanto, como uma *arte de viver*. Não seria ela uma ética qualquer, uma possibilidade ética entre outras, mas a possibilidade mesma da ética.

Através da estética da existência⁵, Foucault não procura responder à pergunta de como devemos atuar. A ética do *êthos* não se debruça sobre um código moral que venha definir as coordenadas da ação, tal como ocorre nos processos de normatização que o autor tanto repele. Essa ética do indivíduo busca, antes, um ato de transformação, um ato de transformação do inadmissível.

Em outras palavras, essa configuração de uma ética da arte de viver surge como um modo de se afirmar a liberdade do sujeito. Emerge, justamente por isso, também como ato de resistência, uma vez que se contrapõe às relações de dominação que buscam continuamente submeter o indivíduo às regras de comportamento vigentes. Este trabalho desenhado pelo autor se materializa na forma de uma *moral antiestratégica*.

Em segundo lugar, por governamentalidade, entendo a tendência que em todo o ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que se pode chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. Enfim, por governamentalidade, eu creio que seria preciso entender o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XVI e XVII Estado administrativo, foi pouco a pouco ‘governamentalizado’” (FOUCAULT *apud* REVEL, 2005b, p. 54-55).

⁵ A estética da existência deve ser entendida aqui como a produção inventiva de si; trata-se de inventar-se a si mesmo e justamente por isso, por inventar-se através de uma prática que, por ser ética, produz uma nova subjetividade, é sem dúvida uma atitude política. Inventar-se é resistir, na medida em que se resiste à normalização partindo da criação de novos sentidos de liberdade. A liberdade que a estética da existência visa não se reproduz, como no momento contemporâneo, meramente através da lei ou do direito; está antes, submetida à construção de um estilo de vida que se configura como um processo complexo, engendrado tanto pela reflexão quanto pela atitude.

Être respectueux quand une singularité se soulève, intransigeant dès que le pouvoir enfreint l'universel. Choix simple, ouvrage malaisé: car il faut tout à la fois guetter, un peu au-dessous de l'histoire, ce qui la rompt et l'agite, et veiller un peu en arrière de la politique sur ce qui doit inconditionnellement la limiter. (FOUCAULT, 2001, p. 794).

A resistência envolve-se, então, com um gesto político e ético através do qual se torna possível criar, a cada instante, seres, relações e qualidades sem nome. A resistência supõe a *arte de viver* e supondo-a ela se constitui como uma luta tanto contra as formas de poder que aspiram às relações de dominação, quanto em favor de novas formas de subjetividade.

A resistência pode não ocorrer no encontro entre um sujeito e a multiplicidade dos poderes. No entanto, esse encontro não significa a confrontação entre uma integridade subjectiva (perspectivada enquanto entidade separada do poder) e o poder: como se, na sua origem, a resistência se fundasse na integridade do sujeito e na separação entre ele e o poder. Para Foucault, o sujeito é, em si mesmo, um efeito das múltiplas acções de poder. Não sendo separado ou oposto ao poder, o sujeito é, ele mesmo, um produto das relações de poder. Neste sentido, onde o poder actua a resistência está sempre presente. Pensar é resistir (VILELA, 2010, p. 239).

Pensar, deste modo, é um ato do sujeito da *experiência*, sujeito que faz uso do pensamento de modo que este estenda as possibilidades de uma liberdade de ação. Contudo, deve-se ter claro que o sujeito não é a condição de possibilidade de uma experiência. A experiência, antes, é a racionalização de um processo, em si mesmo provisório, que possibilita o surgimento de sujeitos. Daí, por exemplo, que o sujeito não seja um fundamento imutável e essencialmente cartesiano para Foucault. O sujeito da experiência encontra sua *razão de ser* justamente na possibilidade de transformar-se, ou seja, na possibilidade ética⁶. No espaço imperceptível onde, no tecido social, o poder se fratura, onde a linguagem falha e onde o movimento simultâneo de um poder que morre num outro poder que nasce surge, desenha-se uma dobra de indecibilidade entre a morte e a vida que, por sua vez, caracteriza precisamente o ato de resistência. Sendo assim, sob este ponto de vista, a resistência não é perspectivada enquanto ato reativo de defesa, mas como um movimento de morte/nascimento de sentidos, como criação, como arte de existir. Pensar diferente implica outra atitude, outro comportamento. Destarte, o trabalho de diagnóstico do presente a partir de uma *ontologia crítica da atualidade e de nós mesmos* implica não somente encontrar uma forma de perspectivar o presente, mas, também, implica “uma

⁶ “Uma ética que já não assenta no sujeito epistemológico, substancial, mas no sujeito das práticas de si, e que se torna efetiva numa história aberta cujas estruturas não estão determinadas de uma vez por todas, sendo antes modificáveis” (SCHMID *apud* VILELA, 2010, p. 240).

relação específica do diagnosticador consigo mesmo, onde se marca uma relação física com a actualidade” (VILELA, 2010, p. 252).

O corpo afirma-se como um dos instrumentos do exercício do diagnóstico: um instrumento para medir a força do intolerável no presente, um instrumento de luta, um instrumento de investigação, um instrumento de pensamento. A emergência de um verdadeiro diagnóstico sobre o presente exigia, assim, a experiência de atravessar com o corpo cada um dos acontecimentos: o diagnosticador viaja, percorre o espaço, experimenta-o fisicamente, confronta-se fisicamente nas situações de enfrentamento com as forças da ordem. Todas essas diferentes formas da *prática do corpo* no trabalho de diagnóstico constituem momentos essenciais de uma *prática de si* (VILELA, 2010, p. 252).

Finalmente, o questionamento da pertinência da ética grega⁷ para a constituição do sujeito contemporâneo se faz patente e “o *ethos* filosófico próprio à ontologia crítica de nós mesmos como uma prova histórico-prática dos limites que podemos ultrapassar e, portanto, como um trabalho de nós sobre nós mesmos como seres livres” (FOUCAULT, 2000, p. 348) é tanto atual quanto urgente. É a partir dessa genealogia da ética clássica que se faz possível o empreendimento de uma reflexão aprimorada entre as técnicas do cuidado de si no período clássico e a ontológica crítica de nós mesmos no momento contemporâneo. A ética vincula-se, assim, a um movimento histórico em transformação incessante – a autoconstituição do sujeito nas práticas históricas em mutação contínua –, o que implica a transformação do homem em sua forma e a abertura da experiência humana a novas possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizando a ética grega como ponto de partida, podemos captar o que há de singular naquele contexto relativamente às práticas de si. A problematização ética nos gregos se realiza nos domínios da vida onde prevalecia a liberdade – tanto de decisão quanto de escolhas. Na Antiguidade clássica percebemos que o valor moral do domínio de si é também um valor estético; a liberdade se manifestava na vida como obra de arte. Em vista disso, o marco teórico deste trabalho é composto pelas investigações genealógicas de Foucault acerca da ética e consiste, precisamente, no *cuidado de si* como categoria fundamental para se compreender a constituição de uma subjetividade não sujeitada pelos mecanismos de poder. Fica evidente, portanto, que o nosso trabalho não busca traduzir a natureza da obra do autor francês, mas, antes, tem como foco uma pergunta que perpassa

⁷ A ética dos gregos era fundamentalmente uma “estética do eu”. O valor moral do domínio de si é também um valor estético. A liberdade se manifesta na vida como obra de arte (estética da existência).

sua obra e que se volta para o presente. Pergunta que se volta para o problema presente dos modos de subjetivação, visando sempre as possibilidades de se fundar uma subjetividade autônoma. “A questão é determinar aquilo que deve ser o sujeito, a que condições ele está submetido, qual o seu *status*, que posição deve ocupar no real ou no imaginário[...]; em suma, trata-se de determinar o seu modo de ‘subjetivação’” (FOUCAULT, 2004, p. 235). Problematicar a liberdade a partir das técnicas de subjetivação permitiu a Foucault evitar os enganos de interrogá-la dentro dos marcos normativos de seu tempo que, por sua vez, desembocam na própria normatização das condutas. “O que conta, para Foucault, é que a subjetivação se distingue de toda moral, de todo código moral: ela é ética e estética, por oposição à moral que participa do saber e do poder” (DELEUZE, 2013, p. 146). A análise crítica do mundo no qual vivemos constituiu para Foucault – tanto quanto deve constituir para nós, na atualidade – a grande tarefa filosófica.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

EWALD, François. Michel Foucault. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de. (Org.). **Michel Foucault: O dossier – últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Dits et Écrits II – 1976-1988**. Paris: Quarto Gallimard, 2001.

_____. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2014.

_____. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. “O sujeito e o poder”. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **O que são as Luzes?** Em Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Coleção Ditos e Escritos, n. 2).

_____. “Bruxaria e Loucura”. In: FOUCAULT, Michel. **Problemática do sujeito:** psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GROS, Frédéric. “Situação do curso”. In: FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

REVEL, Judith. **Michel Foucault:** conceitos essenciais. São Carlos, Ed. Claraluz, 2005.

VILELA, Eugênia. **Silêncios Tangíveis.** Corpo, resistência e testemunho nos espaços contemporâneos de abandono. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

Recebido para publicação em 13/11/2015
Aceito para publicação em 20/01/2016